

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 008/2026**

Lagoa Nova/RN, 15 de abril de 2026.

Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Município de Lagoa Nova/RN, institui o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – FMDPD, revoga expressamente a Lei Municipal nº 526, de 02 de dezembro de 2015, e dá outras providências.

**IRANILDO ACIOLE DA SILVA**, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reestruturado e atualizado, nos termos desta Lei, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD de Lagoa Nova/RN, órgão colegiado de caráter permanente, deliberativo, consultivo, propositivo, fiscalizador e articulador das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º O Conselho Municipal dos Direitos da pessoa com Deficiência tem por finalidade possibilitar a participação popular nas discussões, proposições, elaborações e auxílio na implementação e fiscalização das políticas públicas voltadas a assegurar o pleno exercício dos direitos da pessoa com deficiência, em todas as esferas da administração pública do município, a fim de garantir a promoção e proteção das pessoas com deficiência, assim como exercer a orientação normativa e consultiva sobre os direitos das pessoas com deficiência no município de Lagoa Nova.

Art. 3º Para os efeitos desta lei considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será um órgão de caráter deliberativo, com as seguintes competências:

I - Avaliar, propor, discutir e participar da formulação, acompanhar a execução e fiscalizar as políticas públicas voltadas para a pessoa com deficiência, observada a legislação em vigor, visando à eliminação de preconceitos e a plena inserção na vida socioeconômica, política e cultural do Município;

II - Formular planos, programas e projetos da política municipal voltadas à pessoa com deficiência e propor as providências necessárias à completa implementação e ao adequado desenvolvimento destes planos, programas e projetos;

III - Propor a adoção de mecanismos e instrumentos que assegurem a participação e o controle popular sobre as políticas públicas municipais para a promoção e inclusão das pessoas com deficiência, por meio da elaboração do plano diretor de programas, projetos e ações, bem como pela obtenção dos recursos públicos necessários para tais fins;

IV - Acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas municipais de acesso à saúde, à educação, à assistência social, à habilitação e à reabilitação profissional, ao trabalho, à cultura, ao desporto, ao turismo e ao lazer;

V - Acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária do Município, indicando ao Secretário responsável pela execução da política pública de atendimento às pessoas com deficiência as medidas necessárias à consecução da política formulada e do adequado funcionamento deste Conselho;

VI - Acompanhar a concessão de auxílios e subvenções a Organizações da Sociedade Civil, atuantes no atendimento às pessoas com deficiência;

VII - Acompanhar, mediante relatório de gestão, o desempenho dos programas e projetos da política municipal para inclusão das pessoas com deficiência;

VIII - Propor aos poderes constituídos modificações nas estruturas governamentais diretamente ligadas à proteção e à promoção dos direitos das pessoas com deficiência;

IX - Oferecer subsídios para elaboração de anteprojetos de Lei atinentes aos interesses das pessoas com deficiência;

X - Pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos que digam respeito às pessoas com deficiência;

XI - Incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas sobre a questão das deficiências;

XII - Zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de defesa dos direitos da pessoa com deficiência;

XIII - Pronunciar-se sobre as matérias que lhe sejam submetidas por meio da Secretaria responsável pelas políticas públicas para as pessoas com deficiência;

XIV - Aprovar critérios para o cadastramento de entidades de proteção ou de atendimento às pessoas com deficiência que pretendam integrar o Conselho Municipal;

XV - Receber petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às pessoas com deficiência, adotando as medidas cabíveis;

XVI - Promover canais de diálogo com a sociedade civil;

XVII - Propor e incentivar a realização de campanhas que visem à prevenção de deficiências e à promoção dos direitos das pessoas com deficiência;

XVIII – Receber de órgãos públicos, entidades privadas ou de particulares todas as informações necessárias ao exercício de sua atividade;

XIX - Manifestar-se, dentro dos limites de sua atuação, acerca da administração e condução de trabalhos de prevenção, habilitação, reabilitação e inclusão social de entidade particular ou pública, quando houver notícia de irregularidade, expedindo, quando entender cabível, recomendação ao representante legal da entidade;

XX - Avaliar anualmente o desenvolvimento municipal de atendimento especializado à pessoa com deficiência visando à sua plena adequação;

XXI - Realizar em conjunto com o Poder Executivo, em processo articulado com a Conferência Nacional e Conferência Estadual, a convocação de Conferência Municipal e aprovar as normas de funcionamento da mesma, constituindo a comissão organizadora e o respectivo regimento interno;

XXII - Elaborar seu Regimento Interno.

Parágrafo único. O funcionamento do Conselho, bem como a criação de comissões, grupos de trabalho, regras quanto ao processo eleitoral de representantes da sociedade civil, entre outras, serão definidos em seu Regimento Interno.

Art. 5º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será composto paritariamente por 08 (oito) membros titulares, sendo 04 (quatro) representantes da organização da sociedade civil e 04 (quatro) representantes de órgãos governamentais, para mandato de 03 (três) anos, permitida a recondução por igual período.

Parágrafo Único. Não havendo entidades em quantidade suficiente no município para garantir a alternância no Conselho, será permitida a recondução por quantos períodos se fizerem necessários.

I - Os representantes da sociedade civil serão pessoas com deficiência ou seus representantes legais, bem como representantes de entidades que atuem na defesa de direitos, assessoramento, representação ou atendimento à pessoa com deficiência, com atuação comprovada no município há, no mínimo, 01 (um) ano, observando-se, sempre que possível, a diversidade de segmentos, tais como:

- a) deficiência física;
- b) deficiência auditiva;
- c) deficiência visual;
- d) deficiência intelectual;
- e) deficiência múltipla;
- f) transtorno do espectro autista – TEA.

1. A composição deverá buscar assegurar a representatividade dos diferentes tipos de deficiência, não sendo obrigatória a vinculação estrita a todos os segmentos, especialmente na ausência de entidades ou representantes habilitados no município.

2. Será assegurada, sempre que possível, a participação direta de pessoas com deficiência na composição do Conselho.

II - O Poder Executivo indicará representantes governamentais das seguintes pastas:

- a) 01 (um) da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) 01 (um) da Secretaria Municipal de Saúde;
- c) 01 (um) da Secretaria Municipal de Educação;
- d) 01 (um) da Secretaria Municipal de Obras.

Art. 6º Os representantes da sociedade civil serão escolhidos por meio de processo eleitoral público, convocado por edital, assegurados os princípios da transparência, participação e ampla divulgação.

§ 1º Poderão participar do processo eleitoral entidades da sociedade civil com atuação comprovada no município há, no mínimo, 01 (um) ano, bem como pessoas com deficiência ou seus representantes legais, na ausência de entidades suficientes.

§ 2º O edital estabelecerá os critérios de habilitação, prazos, forma de votação e demais regras do processo eleitoral.

§ 3º A eleição ocorrerá em assembleia pública, especialmente convocada para este fim, com registro em ata.

§ 4º O resultado será encaminhado ao Poder Executivo para nomeação dos representantes titulares e suplentes.

§ 5º Os demais procedimentos serão regulamentados no Regimento Interno do Conselho.

Art. 7º Os representantes dos órgãos Governamentais serão indicados pelas Secretarias que os compõe.

Art. 8º Cada representante definido no art. 5º terá um suplente com plenos poderes para substituí-lo provisoriamente em suas faltas ou impedimentos, ou em definitivo, no caso de vacância da titularidade.

Art. 9º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência contará com uma Mesa Diretora, composta de Presidente e Vice-Presidente.

Parágrafo único. O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos entre seus membros para mandato de 01 (um) ano, sendo obrigatória a alternância simultânea entre os segmentos da sociedade civil e do poder público, de forma que, em cada mandato, um cargo seja ocupado por representante governamental e o outro por representante da sociedade civil.

Art. 10 O secretário executivo do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, será indicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social (ou outra pasta conforme decisão do município) e aprovado pelo próprio Conselho.

Parágrafo único. A Secretaria a qual o Conselho estiver vinculado, assegurará a estrutura administrativa, financeira e de recursos humanos necessárias para o adequado desenvolvimento dos trabalhos.

Art. 11. Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência serão nomeados pelo Poder Executivo que, respeitando a eleição de que trata o artigo 6º, homologará e os nomeará por decreto, empossando-os em até 30 (trinta) dias contados da data da eleição.

Art. 12. As funções de membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência não serão remuneradas e seu exercício será considerado serviço de relevância pública prestado ao Município.

Art. 13. Para instalação e composição do primeiro colegiado de Conselheiros, o órgão gestor responsável pelo CMDPD, no prazo máximo de 60 dias, contados da publicação da presente lei, criará comissão paritária para realização de reunião estabelecido no art. 6º, dando-lhe todas as condições de realização.

Art. 14. Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – FMDPD.

§ 1º O Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – FMDPD está vinculado diretamente ao Secretário ou Profissional designado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD) que será responsável pela deliberação, controle e fiscalização.

§ 2º O orçamento do FMDPD será uma unidade orçamentária própria e integrará o orçamento geral do município de Lagoa Nova/RN.

§ 3º A aplicação das receitas orçamentárias vinculadas ao presente Fundo será feita por dotação consignada na Lei do Orçamento.

Art. 15. O Fundo ora criado será o captador e aplicador dos recursos destinados à cobertura e/ou complementação de planos, programas, projetos e promoções específicas desse setor, cujo controle será feito através dos respectivos planos obrigatórios de aplicação, aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD, tais como:

I - Registrar os recursos captados pelo Município, através de convênios ou por doação ao Fundo;

II - Registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos pelo Estado ou pela União em benefício de políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência;

III - Liberar recursos a serem aplicados em ações e benefício das pessoas com deficiência, conforme o plano de aplicação de recursos, aprovados pelo CMDPD.

Art. 16. Constituirão receitas do Fundo:

- I - Recursos provenientes de órgãos da União ou do Estado, vinculados à Política Nacional/Estadual voltados para a Pessoa com Deficiência;
- II - Transferências de recursos especialmente consignados ao Fundo;
- III - Receitas resultantes de doações da iniciativa privada, pessoas físicas ou jurídicas;
- IV - Rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;
- V - Transferências do exterior;
- VI - Dotações orçamentárias da União, do Estado e do próprio município, previstas especificamente para o atendimento desta lei;
- VII - Receitas de acordos, convênios e ajustes com órgãos públicos e da iniciativa privada, destinados ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- VIII - Valores decorrentes de multas por descumprimento às normas e princípios legais específicos à proteção, assistência e acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- IX - Outras receitas.

Art. 17. O saldo positivo do fundo apurado em balanço no término de cada exercício financeiro será transferido para o exercício seguinte.

Art. 18. As normas de acessibilidade, infrações, valores e formas para aplicação das multas no município, serão fixadas por decreto próprio a ser publicado pelo poder executivo.

Art. 19. Constituirão despesas do Fundo, entre outras:

- I - No apoio ao desenvolvimento das ações prioritizadas na política pública voltada para a pessoa com deficiência, aprovadas pelo Conselho Municipal, na forma da lei vigente;
- II - No apoio aos programas e projetos de pesquisa, de estudos e de capacitação de recursos humanos necessários à execução das ações de prevenção, habilitação, reabilitação, inclusão, tecnologias assistivas, entre outras e equiparação de oportunidade em favor da pessoa com deficiência;
- III - Na manutenção da estrutura do Conselho Municipal, bem como nos programas de capacitação permanente dos Conselheiros;
- IV - No custeio das eventuais atividades dos Conselheiros, no exercício da função, excetuando se quaisquer remunerações de caráter laboral;
- V - No apoio ao desenvolvimento e à implementação de sistemas de diagnósticos, controle, acompanhamento e avaliação de políticas públicas, programas governamentais e não governamentais voltados para a pessoa com deficiência;

VI - Na promoção de campanhas educativas, seminários e demais eventos cuja finalidade seja a defesa, promoção e garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

VII - No financiamento de ações, programas e projetos da rede socioassistencial que atua no campo da defesa e garantia de direitos, e/ou ao assessoramento, e/ou à representação e/ou ao atendimento da pessoa com deficiência; Parágrafo único. Fica expressamente vedada a utilização dos recursos do fundo para manutenção de quaisquer outras atividades que não tenham vinculação com as políticas de defesa e promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

Art. 20. Os recursos destinados ao Fundo serão depositados, em conta bancária especial designada "Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência", que será movimentada conforme planejamento previsto nessa Lei, respeitando todas as demais legislações vigentes sobre movimentação de recursos públicos.

Art. 21. Ficará a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social o envio ao CMDPD, dos extratos bancários e contábeis, trimestralmente, devendo constar neles a definição individualizada de receitas e despesas efetivamente realizadas, para o controle e aprovação da plenária.

Art. 22. A Prestação de Contas dos recursos destinados a financiar os Planos de Trabalhos, Programas, Projetos e Promoções apresentados e aprovados, será feita pelas Instituições contempladas ao órgão gestor, que após comprovar a aplicação dos recursos liberados, encaminhará ao CMDPD para aprovação da mesma, em cumprimento ao Termo de Parceria Firmado com o Município.

Art. 23. O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será instalado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação desta Lei.

Art. 24. O Conselho elaborará e aprovará seu Regimento Interno no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados de sua instalação.

Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 26. Fica expressamente revogada a Lei Municipal nº 526, de 02 de dezembro de 2015, revogando-se, ainda, as disposições em contrário.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA:53868439404  
439404

Assinado de forma digital por IRANILDO ACIOLE DA SILVA:53868439404  
Dados: 2026.04.16 11:09:34 -03'00'

**IRANILDO ACIOLE DA SILVA**  
Prefeito Municipal de Lagoa Nova/RN

## JUSTIFICATIVA (EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS)

**Senhor Presidente,  
Senhora e Senhores Vereadores,**

Submeto à elevada apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal o presente Projeto de Lei que dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD, bem como institui o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – FMDPD, no âmbito do Município de Lagoa Nova/RN.

A presente proposição legislativa tem por objetivo promover a atualização normativa e o fortalecimento das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, em consonância com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da inclusão social, além de atender às diretrizes estabelecidas na legislação federal pertinente, especialmente no que se refere à participação social e ao controle democrático das ações governamentais.

A reestruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência revela-se necessária diante da evolução das demandas sociais e da necessidade de adequação do órgão às melhores práticas de governança pública. O Conselho, enquanto instância colegiada, deliberativa e paritária, desempenha papel fundamental na formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas, assegurando a participação efetiva da sociedade civil, em especial das pessoas com deficiência e de suas entidades representativas.

Nesse contexto, o projeto estabelece de forma clara as competências do Conselho, sua composição, forma de escolha dos representantes e mecanismos de funcionamento, garantindo maior transparência, legitimidade e eficiência na atuação do órgão. Destaca-se, ainda, a previsão de alternância entre representantes do poder público e da sociedade civil na condução da Mesa Diretora, medida que reforça o caráter democrático e participativo da gestão.

Ademais, a criação do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – FMDPD constitui instrumento essencial para viabilizar a execução das políticas públicas voltadas a esse público. O Fundo permitirá a captação, gestão e aplicação de recursos provenientes de diversas fontes, incluindo transferências governamentais, convênios, doações e outras receitas, assegurando suporte financeiro adequado às ações, programas e projetos destinados à promoção da inclusão, acessibilidade e garantia de direitos.

Importa ressaltar que o Fundo será submetido ao controle e à fiscalização do Conselho Municipal, o que reforça os mecanismos de transparência e controle social, assegurando que os recursos públicos sejam aplicados de forma eficiente e em consonância com as reais necessidades da população beneficiária.

A iniciativa também busca fomentar a articulação intersetorial entre as diversas áreas da administração pública municipal, como saúde, educação, assistência social e

infraestrutura, promovendo uma abordagem integrada das políticas voltadas às pessoas com deficiência.

Por fim, destaca-se que a proposta contribui significativamente para o fortalecimento da cidadania, para a redução das desigualdades e para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária, em que todas as pessoas tenham assegurado o pleno exercício de seus direitos.

Diante do exposto, considerando a relevância social da matéria e os benefícios que dela advirão para a população do Município de Lagoa Nova/RN, conto com o apoio dos nobres Vereadores para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Lagoa Nova/RN, 15 de abril de 2026.

IRANILDO  
ACIOLE DA  
SILVA:5386  
8439404

Assinado de forma  
digital por IRANILDO  
ACIOLE DA  
SILVA:53868439404  
Dados: 2026.04.16  
11:09:56 -03'00'

**IRANILDO ACIOLE DA SILVA**  
Prefeito Municipal de Lagoa Nova/RN